

O PAPEL DA PERCEPÇÃO NA EDUCAÇÃO E DESEMPENHO AMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES: uma discussão sobre o tema

ALEXANDRE DE ÁVILA LERÍPIO¹
LUCILA MARIA DE SOUZA CAMPOS²
PAULO MAURICIO SELIG³

¹Professor do Centro de Tecnologia da Terra e do Mar (CTTMar) e do Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental da Univali. Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC. E-mail: leripio@cttmar.univali.br

²Professora do Programa de Mestrado Acadêmico em Administração (PMA) e dos cursos de graduação em Engenharia Ambiental (CTTMar) e Administração da Univali. Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC. E-mail: lucila@cttmar.univali.br

³Professor do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP/UFSC). Doutor em Engenharia de Produção. E-mail: selig@eps.ufsc.br

Resumo

A questão ambiental vem se tornando um tema bastante discutido nas organizações produtivas. A escassez dos recursos naturais e a necessidade cada vez maior de consumo de bens naturais pela sociedade capitalista mundial vêm fazendo com que aquelas organizações que buscam a sobrevivência estudem as melhores formas de se adequar a este novo paradigma, de que os recursos naturais são finitos. O presente artigo tem por objetivo discutir o papel da percepção no processo de educação ambiental das organizações, visando demonstrar os benefícios da educação ambiental voltada para a percepção dos indivíduos, sobretudo no desempenho ambiental das organizações. O artigo aborda o tema através de uma revisão bibliográfica sobre o assunto, apresentando uma proposta de estímulo à percepção através de três etapas da educação ambiental: sensibilização, conscientização e capacitação.

Abstract

The environmental issue has become a theme of much discussion in manufacturing organizations. The shortage of natural resources and the growing consumer need for natural goods by the world's capitalist society has been causing those organizations, in their search for survival, to study the best forms of adapting to this new paradigm of the finiteness of the natural resources. The aim of this article is to discuss the role of perception in the process of environmental education in organizations, in order to demonstrate the benefits of an environmental education that is focused on the perceptions of individuals,

particularly in the environmental performance of the organizations. The article addresses the theme through a bibliographic review of the subject, presenting a proposal for stimulating perceptions through three stages of environmental education: raising sensitivity, raising awareness and education.

Palavras-chave:

Educação Ambiental; Sociedade de Consumo; Gestão Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Administração de Empresas e Aspectos Ambientais; Meio Ambiente; Proteção Ambiental.

Key-words:

Environmental Education; Consumer Society; Environmental Management; Sustainable Development; Business Administration and Environmental Aspects; Environment; Environmental Protection.

Introdução

As organizações fazem parte do dia a dia de todos os seres humanos. Dos mais pobres aos mais ricos, há algum tipo de organização, do primeiro, do segundo ou do terceiro setor relacionando-se direta ou indiretamente com o indivíduo, seja uma escola, um hospital, um banco, uma banca de jornal, ou uma grande fábrica.

Segundo De Geus (1999:14), as empresas comerciais são bastante novas: possuem apenas 400 anos de história. E a ciência que trata delas, a Administração de Empresas, não chega a ter, formalmente, 100 anos de existência. De um modo geral, ainda se desconhece uma forma de fazer com que os colaboradores de uma empresa garantam a sua competitividade, com qualidade de vida. Existem pouquíssimas exceções. Em geral, estamos numa fase ainda primária de busca de competitividade, restrita às fronteiras organizacionais, ou, como disse Arie de Geus, na fase “Neandhertal” das organizações.

Através de estudos estatísticos sobre a população de empresas no hemisfério norte, De Geus (1999) verificou que a expectativa média de vida de uma empresa era de 20 anos, e que para as grandes empresas ficava entre 20 e 30 anos. Isto demonstrava que apesar de um potencial de vida de séculos, as organizações ainda não conseguem realizar este potencial, estando, segundo o autor, na sua época Neandhertal, como o Homo Sapiens, que vivia em média 30 anos, de uma expectativa média potencial de 100 ou mais.

A partir das considerações anteriormente apresentadas, pode-se supor que existem dois “tempos diferentes” entre o planeta e seus recursos disponíveis, e a desenfreada busca pelo desenvolvimento.

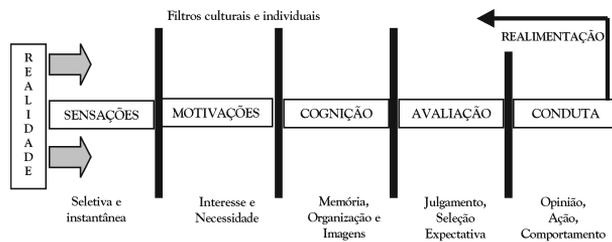
Enquanto um dos “tempos”, o relativo ao planeta e seus recursos, é perceptível através de uma análise global (muitos relatórios de situação ambiental têm sido lançados nos últimos anos, com alto nível de credibilidade e representatividade dos autores) o outro “tempo”, o da visão empresarial, ainda encontra-se pouco desenvolvido e pouco estudado.

As organizações, sobretudo as produtivas, sempre estiveram muito mais preocupadas com os resultados financeiros de suas atividades do que com os impactos que estas atividades causavam ao meio ambiente. A necessidade das empresas se preocuparem não somente com seu desempenho financeiro, mas também com seu desempenho ambiental, vem fazendo com que busquem uma nova visão administrativa para as questões ambientais. Desta necessidade, surge a idéia de que a percepção dos indivíduos deva ocupar um papel de destaque.

A percepção e a mobilização social

O estudo dos processos mentais relativos à percepção ambiental é fundamental para compreender melhor as inter-relações do ser humano com o meio ambiente, seja individual ou comunitariamente, em suas expectativas, julgamentos e condutas. O indivíduo ou grupo enxerga, interpreta e age em relação ao meio ambiente de acordo com interesses, necessidades e desejos, recebendo influências, sobretudo, dos conhecimentos anteriormente adquiridos, dos valores, das normas grupais, enfim, de um conjunto de elementos que compõe sua herança cultural (DEL RIO & OLIVEIRA, 1996:17). Nos processos de planejamento e educação ambiental os estudos de percepção ambiental são fundamentais porque permitem conhecer as particularidades de cada relação sociedade/indivíduo-meio ambiente, propiciando, assim, o desenvolvimento de programas que realmente promovam a participação.

A percepção ambiental é uma atividade mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, que ocorre através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos. Os mecanismos perceptivos são dirigidos por estímulos externos, captados pelos cinco sentidos. Os cognitivos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência, pois a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem recebe as sensações passivamente. Existem contribuições do sujeito ao processo perceptivo, que são os mecanismos cognitivos, incluindo motivações, humores, necessidades, conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas (DEL RIO & OLIVEIRA, 1996:19). Assim, a mente organiza e representa a realidade percebida através de esquemas perceptivos e imagens mentais, com atributos específicos, conforme mostra a Figura 1 a seguir.



Iljxud#4=#Hvtxhpd#wh%oulf#gr#surfhvvr#shufshwlyr

A percepção consiste em trocas funcionais do indivíduo com o meio exterior, trocas estas que têm dois aspectos: o cognitivo e o afetivo. Ou seja, ao mesmo tempo em que o indivíduo conhece o mundo exterior, desenvolve sentimentos em relação a ele, sendo que o aspecto mais importante é o cognitivo, enquanto que o afetivo é considerado como a energia do sistema. Para Piaget, citado por Del Rio & Oliveira (1996), a afetividade é o impulso que direciona a percepção, ou seja, a emoção da vinculação das pessoas ao seu espaço. O indivíduo processa mentalmente as informações que o meio e a herança lhe oferecem, e a conduta é construída mediante o equilíbrio entre os fatores internos e externos.

A percepção essencial do mundo abrange toda maneira de olhá-lo: consciente e inconsciente, nublado e distintamente, objetivo e subjetivo, inadvertido e deliberado, literal e esquemático. Segundo Pompílio (1990), a própria percepção nunca é pura: sensoriar, pensar, sentir e acreditar são processos simultâneos, interdependentes.

Cada imagem e idéia sobre o mundo são compostas, então, de experiência pessoal, aprendizado, imaginação, memória e sistemas de valores. Os lugares em que vivemos, aqueles que visitamos e percorremos, os mundos sobre os quais lemos e vemos em trabalhos de arte, e os domínios da imaginação e de cada fantasia contribuem para as nossas imagens da natureza e do homem. Todos os tipos de experiências, desde os mais estreitamente ligados com o nosso mundo diário até aqueles que parecem remotamente distanciados, vêm juntos compor o nosso quadro individual na realidade. A superfície da Terra é elaborada para cada pessoa pela refração através de lentes culturais e pessoais, de costumes e fantasias. Todos nós somos artistas e arquitetos de paisagens, criando ordem e organizando espaços, tempo e causalidade, de acordo com nossas percepções e predileções.

A percepção ambiental da população de uma determinada região sofre influências do sistema cultural-normativo (normas, valores e política) e do modelo de desenvolvimento definido para a região. Este modelo de desenvolvimento, assim como a percepção ambiental, interferem na forma como o solo e o recursos naturais são manejados (uso do solo) e conseqüentemente na qualidade ambiental e de vida da população (POMPÍLIO, 1990).

As pesquisas em matéria de percepção ambiental situam-se num aspecto típico das relações e interações entre homem e meio ambiente, porque se trata de uma aproximação onde a compreensão do meio ambiente, individual ou coletiva, é considerada como um dos fatores determinantes que caracterizam aquele ambiente, através de escolhas e dos comportamentos. É possível investigar qual é a percepção que as pessoas têm do seu meio ambiente; de como a cultura e a experiência afetam essa percepção; quais são as atitudes em relação ao meio ambiente; e qual é o papel que a percepção ambiental desempenha no arranjo espacial do meio ambiente e no aparecimento das paisagens (DEL RIO & OLIVEIRA, 1996).

O conhecimento de como as pessoas agem e porque agem desta forma, associado ao levantamento da organização comunitária, das redes de influências e da intensidade e forma de participação da comunidade das suas organizações, permite determinar onde e como agir para promover a participação e a co-

responsabilidade de todos os envolvidos num manejo mais adequado do solo (DIAS, 1994).

A percepção envolve a seleção, a identificação e a codificação de informações relevantes, dentro de um contexto lembrado de informações passadas. As atitudes de grupo e sociedade estão de acordo com o que a cultura aceita como mensagem verdadeira, ou seja, que esteja de acordo com as imagens da sociedade.

Segundo Del Rio & Oliveira (1996:22), as pesquisas concernentes à percepção ambiental nas relações entre o homem e a biosfera podem ser resumidas sob a forma de 5 objetivos:

“contribuir para uma utilização mais racional dos recursos da biosfera harmonizando os conhecimentos locais (do interior) e aqueles disponíveis no exterior;

aumentar em todos os domínios a compreensão em bases racionais as diferentes percepções do meio ambiente;

encorajar a participação local no desenvolvimento e na planificação, com vistas a uma realização mais eficaz de uma transformação mais apropriada;

ajudar a preservar ou a registrar as percepções e os sistemas de conhecimento do meio ambiente, que estão em via de desaparecimento rápido em muitas zonas rurais;

agir na qualidade de instrumento educativo e agente de evolução e procurar as ocasiões de se formar pessoas ligadas pela pesquisa”.

A Percepção e o Planejamento Ambiental

Um processo de planejamento não pode ficar alheio às aspirações das comunidades ou populações envolvidas, mas deve detectar respostas em seu próprio interior. É através do conhecimento de como as pessoas percebem e compreendem os diferentes níveis de espaços urbanos ou rurais que são obtidos dados singulares e demonstrativos sobre o modo de desenvolver as atividades e se relacionar com a natureza (seja esta uma construção humana ou não), determinando desde as coisas mais sensíveis e simples, até as mais complexas, como por exemplo, os modos de produção de suas sociedades e as migrações, considerando que as relações desenvolvidas sejam bilaterais. O papel das populações envolvidas é ativo, possuindo, simultaneamente, o poder de construir e transformar novas paisagens, novos espaços, assim como as respectivas imagens mentais, revelando, então, planos perceptivos mais ou menos claros, segundo suas necessidades vitais ou limitações (principalmente aquelas de cunho social e/ou cultural).

A essência do controle ambiental é a influência do comportamento humano para manter a qualidade do ambiente. Ações que diminuem a qualidade são

desencorajadas, ao passo que as que a aumentam são fomentadas. Atitudes positivas para com a qualidade ambiental devem ser criadas, e os indivíduos precisam ser motivados para agir de acordo com essas atitudes. Esses objetivos envolvem a consecução de três etapas sucessivas, (i) percepção, (ii) ação e (iii) coordenação na resolução dos problemas, segundo sugere Pompílio (1990).

A percepção inevitavelmente influencia o comportamento humano, mas, para manter um ambiente de qualidade, o comportamento precisa ser dirigido para atos específicos. Ademais, os atos específicos precisam ter precedência sobre outras possíveis ações que reflitam uma hierarquia diferente de valores. Os hábitos pessoais refletem as prioridades de valor de um indivíduo e o tratamento com consideração para com o ambiente requer a ênfase nos valores ambientais. A informação e a educação do público são indispensáveis, especialmente para desenvolver a atitude conhecida como ética ambiental.

Além disto, o controle do ambiente deve influenciar o comportamento grupal, ao angariar a participação de muitos indivíduos para a consecução de metas ambientais comuns. Um certo grau de consenso deve ser alcançado na definição da qualidade do ambiente. As prioridades dentro da sociedade têm que ser estabelecidas para a definição das metas ambientais.

É possível angariar a participação pública pela passagem nas três etapas seguintes: (i) despertar a conscientização, (ii) criar atitudes que influenciem ações e (iii) ganhar a cooperação na resolução de problemas. Para tanto, deve-se inicialmente diagnosticar o estado real da opinião pública e suas tendências. Pesquisas sobre as atitudes podem fornecer uma compreensão de certos aspectos, e entrevistas com líderes da opinião pública podem desenvolver uma compreensão das motivações e dimensões das atitudes (DIAS, 1994).

O despertar da conscientização consiste em informar o público sobre a relevância de um fenômeno para suas vidas. Informar no sentido de educar. A participação ativa é ganha ao se oferecer uma oportunidade para expressar interesse em questões reais, especialmente quando o tema indica que a participação pode efetivamente influenciar um resultado (TUAN, 1980).

Eficientes tomadas de decisão em questões ambientais demandam do entendimento de como as pessoas percebem e avaliam as probabilidades de eventos incertos. Se for o ser humano que toma decisões, deve-se considerar que seu comportamento é função de suas imagens do mundo real e como amplo sistema no processo de informação, que determina pela interação dos sistemas de valores do indivíduo e de suas imagens do mundo real.

Como muitas vezes as tentativas de controle da natureza e a elaboração de legislações pela administração pública desconsideram ou não tem conhecimento adequado da influência mútua dos fatores psicológicos, econômicos e ambientais que devem direcionar a tomada de decisões, a eficiência dos planos fica comprometida.

Segundo a CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, citada por CMMAD (1988: 88), o melhor modo de tratar

das questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados. E a Educação Ambiental mostra-se - em longo prazo - como o melhor caminho para criar a consciência crítica na comunidade, a partir da análise dos problemas por ela vividos, e para, a partir disto, estabelecer efetivamente sua participação na solução destes mesmos problemas.

Um objetivo fundamental da Educação Ambiental é permitir que os indivíduos se engajem no enfrentamento e na resolução das problemáticas ambientais que lhes atingem mais diretamente, sempre tendo como ponto central a compreensão da natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais.

Entendida como todo processo de re-aprendizagem ecológica, objetiva também que os indivíduos adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participarem responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da qualidade do meio ambiente. Isto só será viável possibilitando-se o acesso à informação correta dos problemas concretos que se lhes impõem, deixando claras as interdependências econômicas, políticas e ecológicas, e o alcance das decisões e comportamentos. Portanto, a Educação Ambiental deve contribuir para o desenvolvimento de um espírito de responsabilidade e de solidariedade (TUAN, 1980:54).

Educar envolve receber uma informação, trabalhá-la, interpretá-la e agir em decorrência da interpretação a que se chegou. Há um envolvimento ativo dos indivíduos. Desejando-se atingir um problema específico e ativar as pessoas, é necessário conhecer como fazê-lo, como passar a informação, da forma mais relacionada à vida, às atividades das pessoas, de tal forma que elas se sintam atingidas e conseqüentemente interessadas em pelo menos aprofundar o conhecimento a respeito. Atividades, demonstrações práticas, exemplos da vivência diária, são formas mais eficientes de se atingir o público-alvo. Envolvendo as pessoas em uma atividade prática, o alcance é ainda maior.

Grande parte dos projetos de educação ambiental não atinge os objetivos propostos, ou então não obtém resultados satisfatórios, porque não estão direcionados aos problemas concretos de uma determinada comunidade ou região, ou a forma como o trabalho é desenvolvido está em desacordo com a realidade e os interesses da população-alvo. Segundo Dias (1994:14) é importante, para a definição e implementação de um projeto de educação ambiental, que se conheça o público-alvo, no que diz respeito a: (i) características sócio-econômicas e educacionais (nível de escolaridade); (ii) conhecimento sobre a problemática ambiental e interpretação, verificados através de estudo de percepção ambiental; (iii) interesses e valores; (iv) nível de informação sobre a problemática ambiental e (v) características ambientais da região em que habitam.

O estudo prévio da percepção ambiental da comunidade com a qual se pretende trabalhar pode indicar características do grupo, levando os planejadores/educadores ao seu conhecimento e ao desenvolvimento de programas definidos de acordo com a identidade local, seus valores, sua forma de enxergar, interpretar e se relacionar com o meio ambiente. Desta forma, será possível promover a participação de todos num processo de educação ambiental verdadeiro.

Percepção das pessoas e Desempenho ambiental das Organizações

É consenso mundial que a evolução humana é contínua e que os recursos naturais são a única fonte de extração de matérias-primas existentes. Da mesma forma, o meio ambiente constitui-se no grande depositário dos resíduos, efluentes e emissões gerados nos processos de extração, produção e consumo. Tais fatos têm levado a sociedade a questionar as ações a serem tomadas em relação às empresas agressivas ao meio ambiente ou grandes consumidoras de recursos naturais.

Fica então a pergunta: deve-se interditar ou fechar uma indústria poluente? Se a decisão estivesse somente baseada em critérios ambientais, talvez a resposta recomendada fosse sim. Por outro lado, existem os empregos e a renda que a atividade produtiva geradora desses impactos proporciona à sociedade. O dilema está criado. Devem ser considerados os empregos diretos e indiretos gerados, além dos benefícios gerados com a movimentação econômica. Diante desta análise, a resposta à pergunta não seria tão óbvia, pois deve ser considerado o contexto que a “empresa poluidora” representa, ou seja, seus aspectos positivos e negativos.

Portanto, quando uma decisão baseia-se em poucos critérios ou em apenas um, ela pode não representar um consenso para todas as partes interessadas. Essas partes, ou stakeholders, como são conhecidos na literatura internacional, representam funcionários/colaboradores, fornecedores, clientes, comunidade, órgãos ambientais e todo e qualquer indivíduo afetado pelo desempenho ambiental da organização. Dessa forma, para se alcançar as ditas “soluções ótimas”, torna-se necessário considerar os aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais, tecnológicos e mesmo temporais.

Em função dos limites percebidos na relação homem-natureza, o próprio capitalismo industrial, baseado na visão exclusivamente econômica dos recursos naturais, começa a perder fôlego. Conforme Hawken, Lovins & Lovins (1999), o capitalismo industrial é uma aberração temporária, não por ser capitalismo, mas porque desafia sua própria lógica ao destruir sua maior fonte de capital que é a natureza e seus recursos. Diante desta realidade surge um movimento mundial que busca conferir o devido valor à natureza e às pessoas - e atingir, assim, lucros e vantagens competitivas aplicando os sólidos princípios capitalistas não somente ao capital financeiro e manufatureiro, mas também a duas formas ainda mais importantes de capital - natureza e pessoas -, sem as quais não há vida nem, portanto, atividade econômica.

Em suma, uma das mais importantes contribuições de toda esta evolução da questão ambiental foi a necessidade de maior integração e o estreitamento de relações entre desenvolvimento e meio ambiente, que, por sua vez, auxiliou no surgimento do termo Desenvolvimento Sustentável, cujo principal objetivo é a busca conjunta do desenvolvimento econômico e da conservação do meio ambiente.

Problemas ambientais são compartilhados por toda a humanidade, porém, somente são percebidos por uma pequena fração da população e por uma parcela menor ainda dos decisores públicos ou privados. As mudanças no modo de pensar e agir desse pequeno, porém representativo, grupo de pessoas e instituições têm originado uma série de iniciativas em busca do desenvolvimento sustentável.

Para as organizações produtivas, a palavra de ordem para garantir a sustentabilidade de seus negócios é eliminar desperdícios de seus processos e utilizar de forma “racional” os recursos naturais. Toda forma de poluição deve ser entendida como manifestação de ineficiência dos processos produtivos, representando também uma das maneiras mais oportunas e sustentáveis de agregar valor à organização.

A sensibilização, a conscientização e a capacitação das pessoas envolvidas direta ou indiretamente nesse processo são de fundamental importância. Esse é apenas um entre tantos desafios que a Gestão Ambiental assume para contribuir com a sustentabilidade através da formação plena dos chamados “profissionais da transição”.

Embora muitos sejam os caminhos possíveis para a sustentabilidade, todos eles dependerão das pessoas e de sua efetiva participação nesse processo de transição. Como sensibilizar as pessoas? Como oportunizar que se conscientizem? De que forma capacitá-las para atingir e manter um nível de excelência na qualidade ambiental e em todas as suas repercussões.

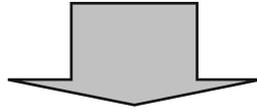
A mobilização das pessoas pode ser realizada através da técnica SCC – sensibilização, conscientização e capacitação, mostrada na Figura 2.

Segundo adaptação do autor das definições originais de Ferreira (1993:94), sensibilizar significa despertar para a existência de um problema e de sua gravidade. A sensibilização normalmente ocorre “de fora para dentro”, ou seja, pode ser induzida a partir de fatos, programas, notícias, eventos e outras formas. Os exemplos são fartos e podem envolver correlações econômicas, legais, ambientais, sociais, culturais, tecnológicas e muitas outras.

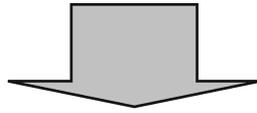
Já a conscientização de forma geral ocorre “de dentro para fora”, ou seja, quando sensibilizada, uma pessoa conscientiza-se quando percebe suas relações com o problema, seja como agente causal, seja como vítima das conseqüências do problema. A partir daí, elas estarão aptas a receberem informações a respeito de como devem agir. A percepção ambiental das pessoas deve ser estimulada e, assim, contribuir para a efetividade da capacitação ambiental delas.

A capacitação das pessoas sensibilizadas e conscientizadas é muito mais efetiva do que aquela realizada sem uma base relativa àquelas iniciativas. As pessoas capacitadas de forma direta, invariavelmente, apresentam maiores dificuldades para compreender a necessidade daquela mudança de hábito proposta pela capacitação.

SENSIBILIZAÇÃO



CONSCIENTIZAÇÃO



CAPACITAÇÃO

Iljxud#5=#Hvtxhpd#wh%oultr#gd#prelol;d†jtr#gh#shvvrđv

Considerações Finais

A mobilização social participativa fundamenta-se na identificação das principais questões locais, no reconhecimento das questões sociais, no estabelecimento de vínculos com a realidade, no descobrimento dos anseios sociais e na busca da cidadania. Esse processo, por sua vez, depende das lideranças locais e do estímulo à participação de todos, seja diretamente ou representados. Neste contexto, os estudos referentes à percepção devem ocupar um papel de destaque, à medida que permitem conhecer as particularidades de cada relação sociedade/indivíduo-meio ambiente, propiciando, assim, o desenvolvimento de programas que realmente promovam a participação.

A educação ambiental, por sua vez, torna-se fundamental ao processo à medida que estimula a percepção ambiental, sobretudo através do processo evolutivo e contínuo de sensibilização-conscientização-capacitação.

Para as organizações produtivas, muito mais preocupadas com os aspectos financeiros de suas atividades, do que prevenir ou mitigar os impactos que suas atividades causam ao meio ambiente, a educação ambiental poderá influenciar fortemente no desempenho ambiental destas organizações. Esta influência será cada vez mais positiva à medida que a educação ambiental conseguir, através do estímulo à percepção dos indivíduos, alinhar a visão ambiental da organização às reais necessidades de todos seus stakeholders, clientes, funcionários, acionistas e sociedade.

Referências

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988. 430 p.

DE GEUS, A. **A empresa viva**. São Paulo: Makron Books/Folha de São Paulo, 1999. 216 p.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: UFSCAR/Studio Nobel, 1996.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. Curitiba: ULMA, 1994.

FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 577 p.

HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, L. H. **Capitalismo Natural**. São Paulo: Amanakey, 1999, 284 p.

POMPÍLIO, M. J. **O Homem e as Inundações na Bacia do Itajaí**: uma contribuição aos estudos da geografia do comportamento e da percepção, na linha da percepção ambiental. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1990.

TUAN, Y-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

Recebido em outubro de 2002.

Aceito em dezembro de 2002.

